CAU/BR
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

POLÍTICA DO CAU PARA A EQUIDADE DE GÊNERO

aprovada pela DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOBR Nº 0107-01, de 16 de dezembro de 2020

COMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICA PARA A EQUIDADE DE GÊNERO DO CAU BRASIL

CONTEXTO

CONTEXTO

Em março de 2019 o CAU Brasil apresentou uma visão completa sobre a presença da mulher na Arquitetura e Urbanismo. Os números demonstravam um crescimento da participação feminina no setor, mas ainda uma baixa representatividade das mulheres nas instâncias decisórias de entidades profissionais.

Um ano antes, o Conselho havia se tornado signatário dos Princípios de Empoderamento das Mulheres, uma plataforma da ONU Mulheres e do Pacto Global em promoção da equidade de gênero. A partir desse marco, uma série de medidas foram tomadas em diversas escalas para buscar se delinear coletivamente uma estratégia de mitigação das assimetrias da profissão, entre elas:

1. A instituição de duas Comissões Temporárias para tratar da matéria: a Comissão Temporária para a Equidade de Gênero – CTEG (entre 1/05/19 e 30/04/20) e a Comissão Temporária de Política para a Equidade de Gênero – CTPEG (entre 7/8/20 e 16/12/2020), ambas coordenadas pelas atuais Presidente e Vice-Presidente do CAU Brasil, Nadia Somekh e Daniela Sarmento;

"Corrigir esse quadro não é apenas uma questão de adicionar alguns nomes ou mesmo milhares à história da Arquitetura. Não é apenas uma questão de justiça humana ou precisão histórica, mas uma maneira de entender mais completamente a arquitetura e as formas complexas em que é produzida"

BEATRIZ COLOMINA, WITH, OR WITHOUT YOU: THE GHOSTS OF MODERN ARCHITECTURE, 2010

estrutura de suporte às ações das Comissões Temporárias para a Equidade de Gênero

NADIA SOMEKH
Coordenadora das Comissões Temporárias de 2019 e 2020
Presidente 2021-23

DANIELA SARMENTO
Coord. Adjunta das Comissões Temporárias de 2019 e 2020
Vice-Presidente 2021-23

JOSEMEE LIMA
Membro das Comissões Temporárias de 2019 e 2020
Cons. Estadual (AL) 2021-23

GILCINEIA BARBOSA
Membro das Comissões Temporárias de 2019 e 2020
Cons. Federal Suplente 2021-23

CRISTINA EVELISE
Membro das Comissões Temporárias de 2019 e 2020

CONTEXTO

2. A promoção do I Ciclo de Debates "Mulheres na Arquitetura – Cidades Inclusivas para as Mulheres", realizado pelos CAU/UFs, em 8 etapas, entre 3/7/2019 e 10/3/2020 e o lançamento do II Ciclo de Debates em março de 2021, com etapa realizada junto à Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados (evento "Mulheres: da casa à cidade – em tempos de pandemia", no dia 19/3/2021;

cronograma das etapas do I Ciclo de Debates

1º ciclo de debate 'Mulheres na Arquitetura'
promovido pelos CAU/UFs

1	03/07/2019	Florianópolis/SC	76 participantes
2	12/09/2019	Florianópolis/SC	81 participantes
3	28/11/2019	Salvador/BA	80 participantes
4	30/01/2020	Porto Alegre/RS	103 participantes
5	06/02/2020	Aracaju/SE	55 participantes
6	09/02/2020	Fortaleza/CE	110 participantes
7	09/03/2020	Curitiba/PR	150 participantes
8	09 a 10/03/2020	São Paulo/SP	170 participantes

fotos das etapas do I Ciclo de Debates, em ordem cronológica: (da esquerda para a direita, de cima para baixo)

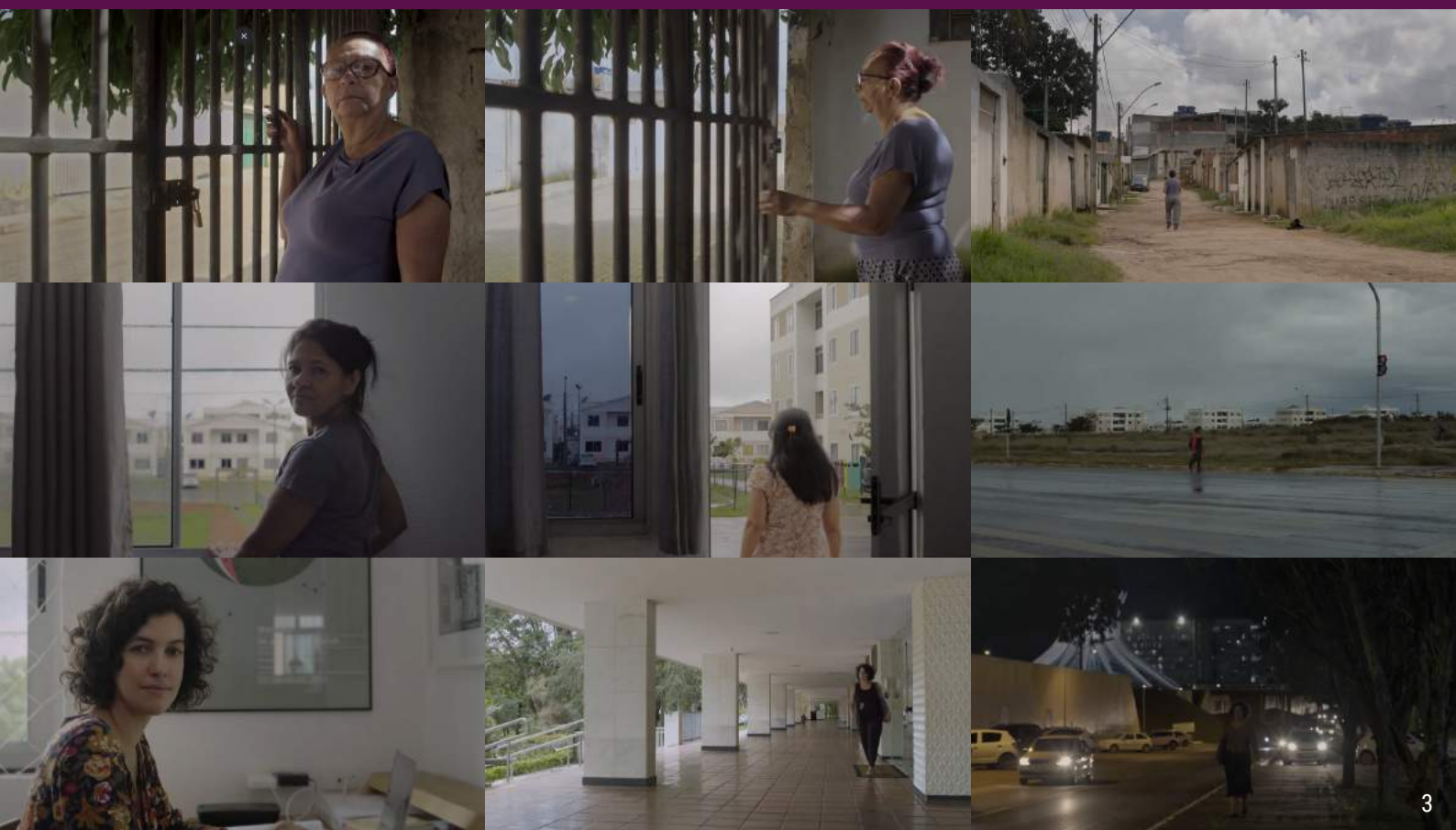
CONTEXTO

3. A realização da pesquisa ‘Equidade na Formação’ (de dezembro de 2019 a março de 2020), junto à Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNea), em fase de tabulação;

banner da pesquisa 'equidade na formação'

4. A produção do vídeo ‘Equidade no COTIDIANO da Arquitetura e Urbanismo’, lançado em dezembro de 2020 e dirigido pela cineasta e arquiteta e urbanista Denise Vieira, que aborda o binômio casa e cidade (privado X público) no dia a dia das mulheres;

imagens extraídas do vídeo ‘Equidade no COTIDIANO da Arquitetura e Urbanismo’:



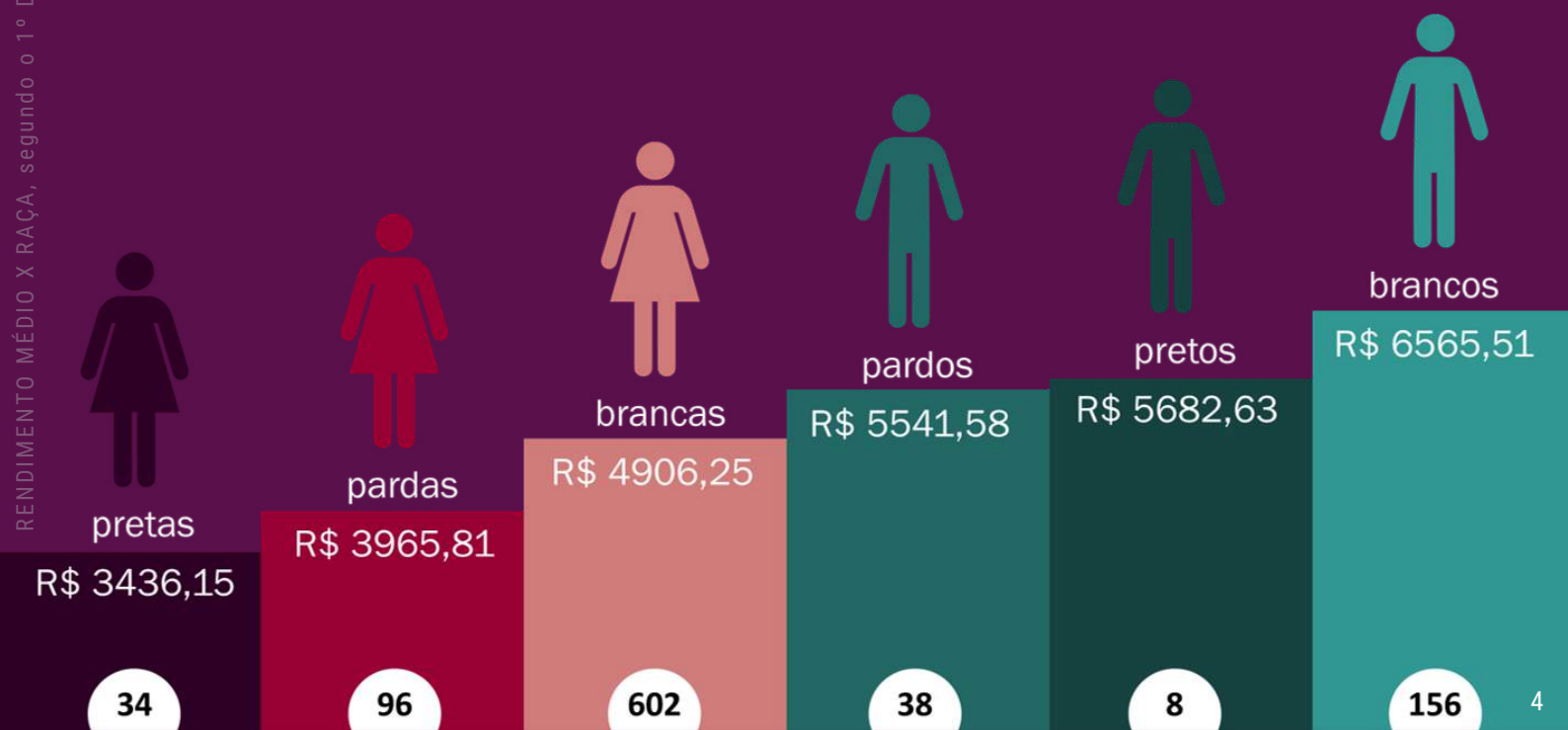
CONTEXTO

5. A instituição do Dia Nacional da Mulher Arquiteta e Urbanista a ser comemorado em 31 de julho, conforme determinado pela Resolução CAU/BR nº 194, de 25 de setembro de 2020;

6. A realização do 1º Diagnóstico 'Gênero na Arquitetura e Urbanismo' (entre julho de 2019 e fevereiro de 2020), que apontou que:

- As mulheres negras e as mulheres com filhos, principalmente na primeira infância, fazem parte do grupo de profissionais que encontram maiores obstáculos ao longo da carreira;
- Os índices de assédio e violência sexual contra as mulheres na profissão devem ser objeto de uma política corretiva;
- Mesmo as gerações mais novas de profissionais ainda vivenciam inequidades e percebem uma necessidade por uma divisão mais equilibrada dos trabalhos (remunerados ou não) entre homens e mulheres; e
- Grande parte dos homens ainda deve ser sensibilizada para a importância da promoção equidade de gênero na profissão e nas cidades.

RENDIMENTO MÉDIO X RAÇA, segundo o 1º Diagnóstico 'Gênero na Arquitetura e Urbanismo'



CONTEXTO

7. O lançamento do *hotsite* 'MULHERES NA ARQUITETURA E NAS CIDADES', que contém a compilação de todos os conteúdos produzidos desde a adesão do CAU aos Princípios da ONU e visa dar continuidade à construção coletiva do espaço das mulheres e todas as suas interseccionalidades na arquitetura e urbanismo. A plataforma reúne também uma série de matérias mostrando trajetórias inspiradoras de arquitetas e urbanistas que atuam ou atuaram em todo país. Os conteúdos foram formatados pelas assessorias de comunicação do CAU/BR e dos CAU/UF e, em vários casos, a escolha das homenageadas se deu por votação online. Os nomes e currículos das profissionais elencadas foram compilados no site como um pontapé inicial para a catalogação do trabalho das mulheres arquitetas e urbanistas brasileiras. A cada revisão essa lista, certamente, crescerá.

trechos do hotsite 'MULHERES NA ARQUITETURA E NAS CIDADES'

Esse processo culminou com a aprovação da POLÍTICA DO CAU PARA A EQUIDADE DE GÊNERO. O documento foi elaborado a partir dos resultados de todas as ações elencadas acima e com a contribuição de uma rede de mulheres e homens disposta a tornar a arquitetura e as cidades brasileiras mais inclusivas, sustentáveis e justas.

NÚMEROS

NÚMEROS

Desde o primeiro levantamento realizado pelo CAU Brasil em 2019 sobre a presença da mulher na arquitetura e urbanismo, a participação feminina na profissão tem sido crescente e tende ainda a aumentar, considerando que quanto menor a faixa etária, maior a proporção de mulheres.

Atualmente, do total de 193.443 profissionais registrados no CAU (até 15/02/2021), 123.997 são mulheres (64%) e 69.446 homens (36%). Na faixa de até 29 anos, as mulheres chegam a representar 76% dos profissionais ativos, conforme ilustrado no GRÁFICO 1.

As mulheres já são maioria em 25 das 27 Unidades da Federação. Os estados que lideram esse ranking são Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Alagoas, onde elas representam 73% dos profissionais ativos, conforme GRÁFICO 2.

A partir da consciência de que os espaços de decisão na profissão e no planejamento urbano representam historicamente visões e interesses de um grupo restrito e pouco diverso, que não refletem completamente as reais necessidades da maioria dos cidadãos e cidadãs, o chamado por mais equidade e maior representatividade tem tomado força nos últimos anos. Para a Presidente do CAU Brasil, Nadia Somekh, "*as mulheres têm mais facilidade para compartilhar, para ter uma gestão mais horizontal e para dar crédito*".

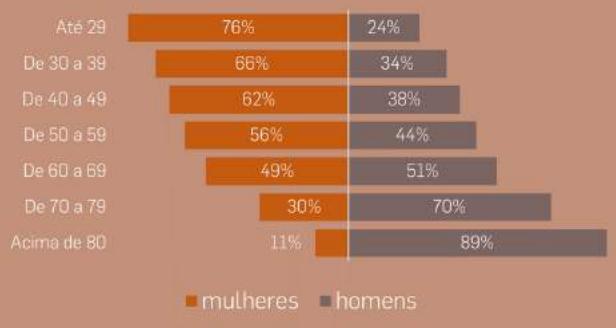
O CAU, enquanto promotor da Arquitetura e Urbanismo para todos e todas, tem ampliado a percepção de seu papel no fomento à equidade como vetor de transformação social. Essa evolução pode ser percebida no GRÁFICO 3 , que demonstra um aumento global da representatividade feminina nos 4 primeiros mandatos desde a criação do Conselho.

"[...]É fundamental que os Arquitetos tenham a capacidade de compreender e responder às diversas necessidades dos clientes e da comunidade como um todo. Esse objetivo será mais facilmente alcançado quando todas as esferas da profissão refletirem a diversidade da sociedade [...] "

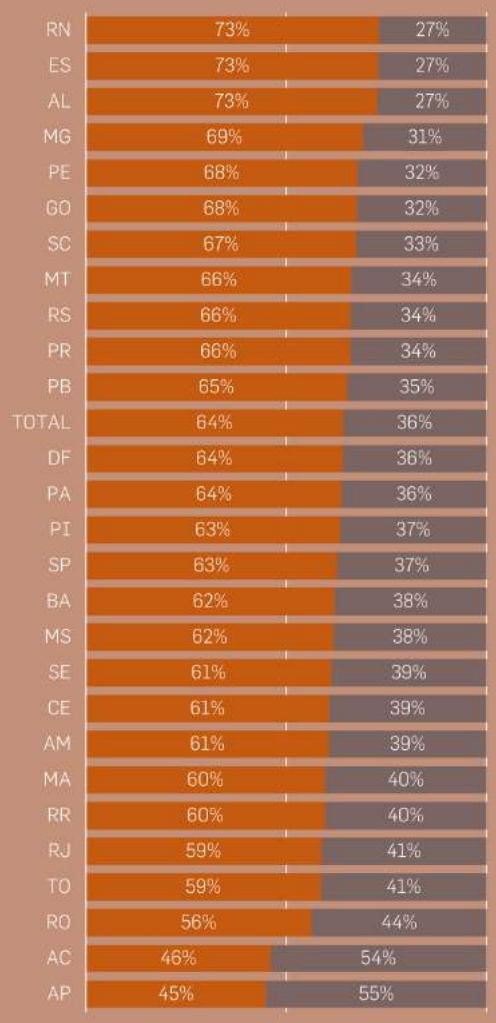
Policy on Gender Equity in Architecture, da UNION INTERNATIONALE DES ARCHITECTES (UIA), 2017)

NÚMEROS

1. distribuição por faixa etária



2. arquitetas e urbanistas por unidade da federação (%)

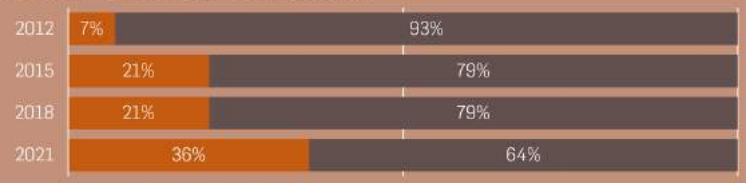


3. conselheiras estaduais (titulares e suplentes)

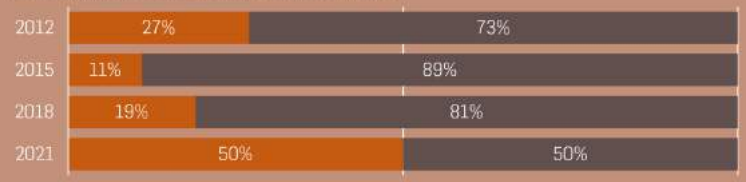
presidentes estaduais

vice-presidentes estaduais

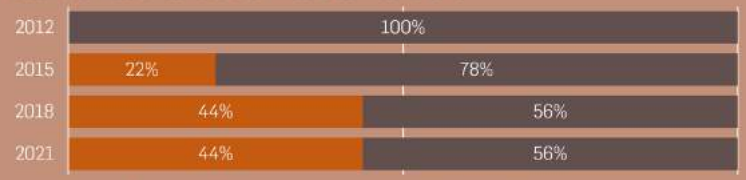
conselheiras federais titulares



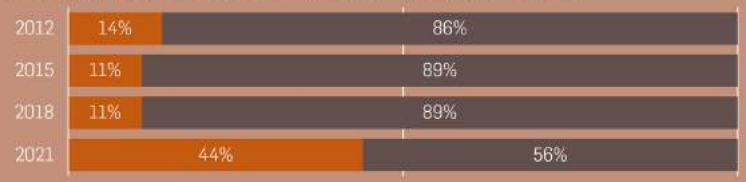
conselheiras federais suplentes



coordenadoras de comissões federais



coordenadoras adjuntas de comissões federais



NÚMEROS

Mesmo com o aumento de representatividade em quase todas as categorias e a maioria feminina nos plenários e vice-presidências estaduais, nota-se, ainda no GRÁFICO 3, uma redução nos percentuais de mulheres nas posições de presidência, que passou de 26 para 22%. Das 13 mulheres que se candidataram a presidências de CAU/UF, somente 6 foram eleitas, ou seja, menos da metade. Dentre os homens, por outro lado, 21 dos 25 candidatos foram empossados presidentes, ou seja 84% deles.

Se propor a um cargo de presidência não é uma tarefa simples para uma mulher, muito menos em períodos de pandemia. Segundo o IBGE, no terceiro trimestre de 2020, 8,5 milhões de mulheres deixaram o mercado de trabalho. No contexto da pandemia, as mulheres se sobrecarregaram ainda mais com afazeres domésticos e cuidados com outras pessoas – com o trabalho reprodutivo. Elas dedicam quase o dobro de horas semanais com essas atividades do que os homens.

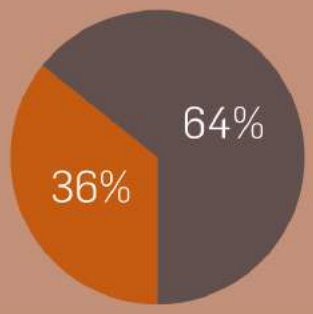
Nas eleições de 2017, o estado de Santa Catarina inovou ao compor uma chapa integralmente feminina para as eleições do CAU. Em 2020, três estados repetiram esse feito: São Paulo, Mato Grosso do Sul e novamente Santa Catarina. A decisão de uma rede de mulheres em ocupar esses espaços decisórios na profissão, mesmo com maiores obstáculos do que os homens, fez com que o número de conselheiras estaduais eleitas para o triênio 2021-2023 (titulares e suplentes) aumentasse de 17% em relação à gestão anterior. As mulheres já são maioria na maior parte dos plenários estaduais, conforme ilustrado no GRÁFICO 6 e no GRÁFICO 7.

Apesar desses avanços significativos, ainda há um caminho a ser percorrido. Comparando-se os percentuais das conselheiras estaduais titulares aos percentuais de arquitetas e urbanistas ativas, nota-se que em muitas unidades da federação elas ainda estão subrepresentadas, conforme ilustrado pelo GRÁFICO 8.

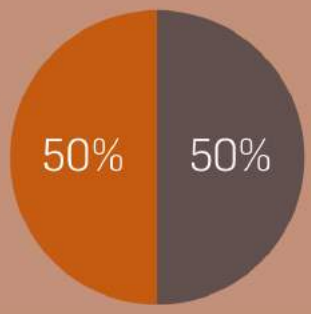
Em quatro estados, os percentuais de conselheiras titulares eleitas são menores do que a metade dos percentuais de arquitetas e urbanistas do estado : Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraná e Maranhão. No Maranhão, enquanto as mulheres representam 60% dos profissionais do estado ativos, o plenário possui somente 13% de representantes femininas.

NÚMEROS

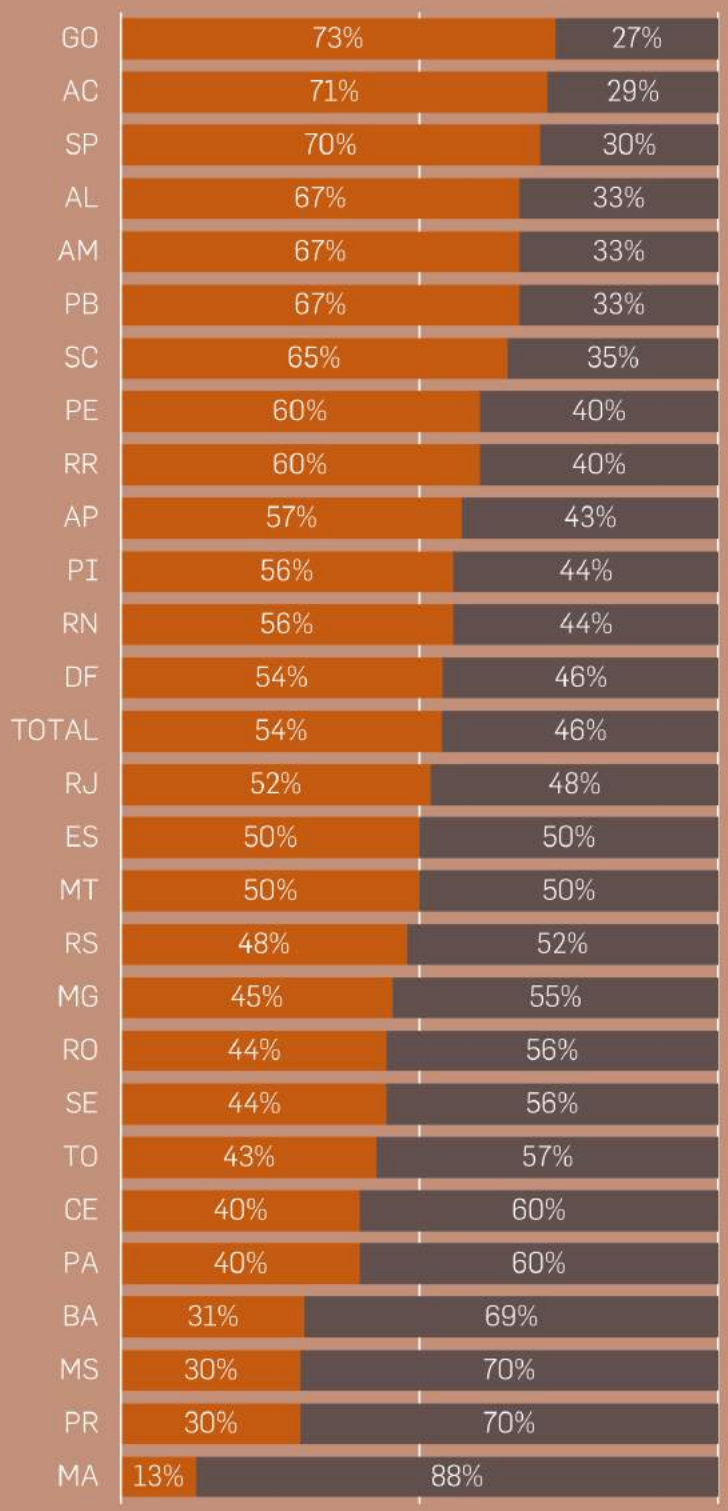
4. conselheiras federais titulares



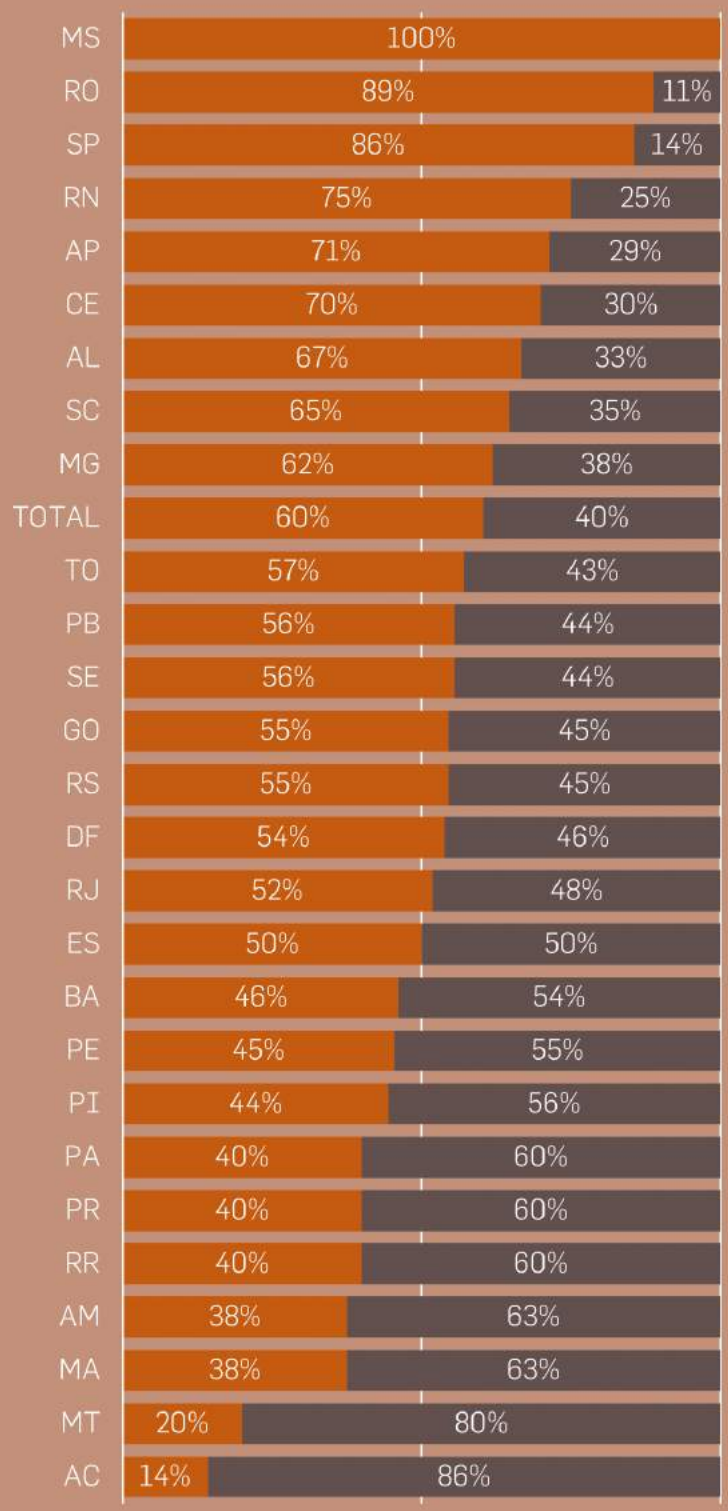
5. conselheiras federais suplentes



6. % conselheiras estaduais titulares



7. % conselheiras estaduais suplentes



NÚMEROS

Considerando que na média nacional as mulheres representam 64% dos profissionais ativos, os percentuais de representatividade feminina de uma forma geral ainda estão aquém de um cenário de equidade, conforme demonstrado no GRÁFICO 10. As posições onde as mulheres estão menos presentes são nos cargos de presidência dos CAU/UFs. Dos 27 presidentes, somente 6 são mulheres.

No Plenário do CAU/BR, apesar de as conselheiras suplentes representarem a metade dos eleitos, entre os 28 titulares somente 10 são mulheres, conforme disposto no GRÁFICO 4 e no GRÁFICO 5.

No âmbito das entidades do Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas (CEAU), os percentuais de mulheres em cargos de direção também cresceram entre 2019 e 2021: no levantamento anterior, somente a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) e a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) tinham maiorias femininas. Neste ano, em 4 das 6 entidades as mulheres já são mais da metade. Esses percentuais podem ser visualizados no GRÁFICO 9.

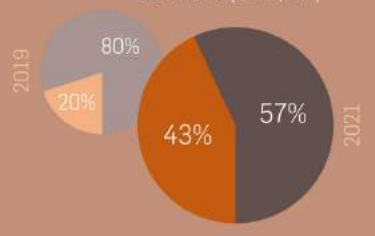
Considerando as presidências do CEAU, o cenário é otimista: pela primeira vez na história, 6 das 7 entidades são presididas por mulheres. No caso do CAU/BR e do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), que esse ano completa 100 anos de história, a presidência feminina é um fato inédito.

Presidentas das 5 entidades do CEAU com direções femininas. Montagem elaborada pela FNA (link).

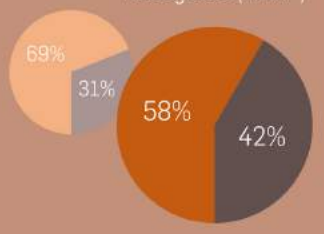
NÚMEROS

9.

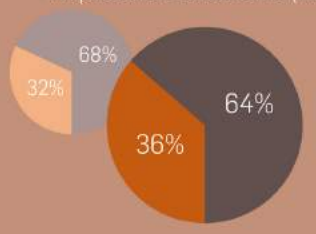
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)*



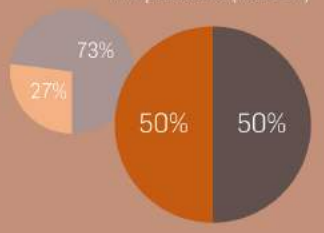
Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP)



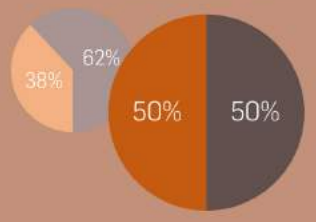
Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA)



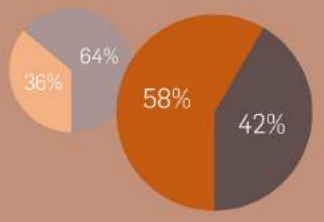
Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (AsBEA)



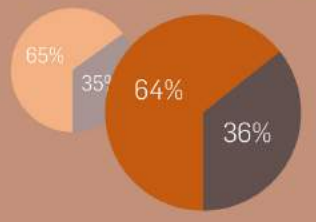
Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA)



Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB)



Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA)



8. coeficiente de representatividade

	arquitetas e urbanistas ativas (A)	conselheiras estaduais titulares (B)	B/A
AC	46%	71%	1,55
AP	45%	57%	1,27
SP	63%	70%	1,12
AM	61%	67%	1,10
GO	68%	73%	1,07
PB	65%	67%	1,02
RR	60%	60%	1,01
SC	67%	65%	0,96
AL	73%	67%	0,92
PE	68%	60%	0,88
RJ	59%	52%	0,88
PI	63%	56%	0,88
DF	64%	54%	0,84
TOTAL	64%	54%	0,84
RO	56%	44%	0,79
RN	73%	56%	0,76
MT	66%	50%	0,75
TO	59%	43%	0,73
SE	61%	44%	0,73
RS	66%	48%	0,72
ES	73%	50%	0,69
CE	61%	40%	0,66
MG	69%	45%	0,66
PA	64%	40%	0,63
BA	62%	31%	0,50
MS	62%	30%	0,49
PR	66%	30%	0,45
MA	60%	13%	0,21

10. percentuais de representatividade feminina

A POLÍTICA

A POLÍTICA

A Política do CAU para a Equidade de Gênero teve como principais subsídios os resultados do 1º Ciclo de Debates 'Mulheres na Arquitetura – Cidades Inclusivas para Mulheres' e do 1º Diagnóstico 'Gênero na Arquitetura e Urbanismo' (resultados de ambos disponíveis nesta plataforma) e compreende diretrizes a serem implementadas em várias esferas e escalas, organizadas em seis eixos:

EQUIDADE

no **COTIDIANO** da
na **HISTÓRIA** da
na **FORMAÇÃO** da
na **PRÁTICA** da
na **POLÍTICA** da
no **CONSELHO** de

ARQUITETURA E URBANISMO

O documento foi aprovado pela Deliberação Plenária DPOBR nº 0107-01/2020 e deverá ser continuamente atualizado e monitorado em rede. A partir da observância dessas diretrizes, o CAU pretende:

1. Atender as recomendações do documento 'Policy Gender Equity in Architecture – Políticas para a Equidade de Gênero na Arquitetura', da União Internacional dos Arquitetos (UIA);
2. Fazer cumprir a sua missão institucional de promover Arquitetura e Urbanismo para todas e todos, sem distinção de gênero;
3. Promover a profissão da(o) Arquiteta(o) e Urbanista como uma contribuição para o desenvolvimento da sociedade e para a promoção da justiça social, conforme previsto no item 4.1 do Código de Ética e Disciplina do CAU;
4. Em conformidade com a DPOBR Nº 0058-11/2016 e com o Memorando de Entendimento com a ONU HABITAT, contribuir para com a implementação da Nova Agenda Urbana, aprovada durante o Habitat III (Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável), que prevê a atenção às questões etárias e de gênero de maneira transversal em todos os seus compromissos;
5. Contribuir para com o alcance do 5º Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU: a igualdade de gênero.

equidade no

COTIDIANO

da Arquitetura e Urbanismo

imagens extraídas do vídeo 'Equidade no COTIDIANO da Arquitetura e Urbanismo'

equidade no COTIDIANO da Arquitetura e Urbanismo

1. Transmitir à sociedade a importância e a eficiência de cidades pensadas para todos e todas, com especial atenção às pautas das mulheres;

2. Sensibilizar a sociedade sobre o direito das mulheres de terem acesso à cidade e a suas demandas, transitar com segurança, e participar da construção das cidades.

3. Promover concursos de fotografia e editais de fomento à produção audiovisual que abordem visões de gênero, classe, raça, deficiência, idade, religião, entre outros, nas cidades e nos assentamentos;

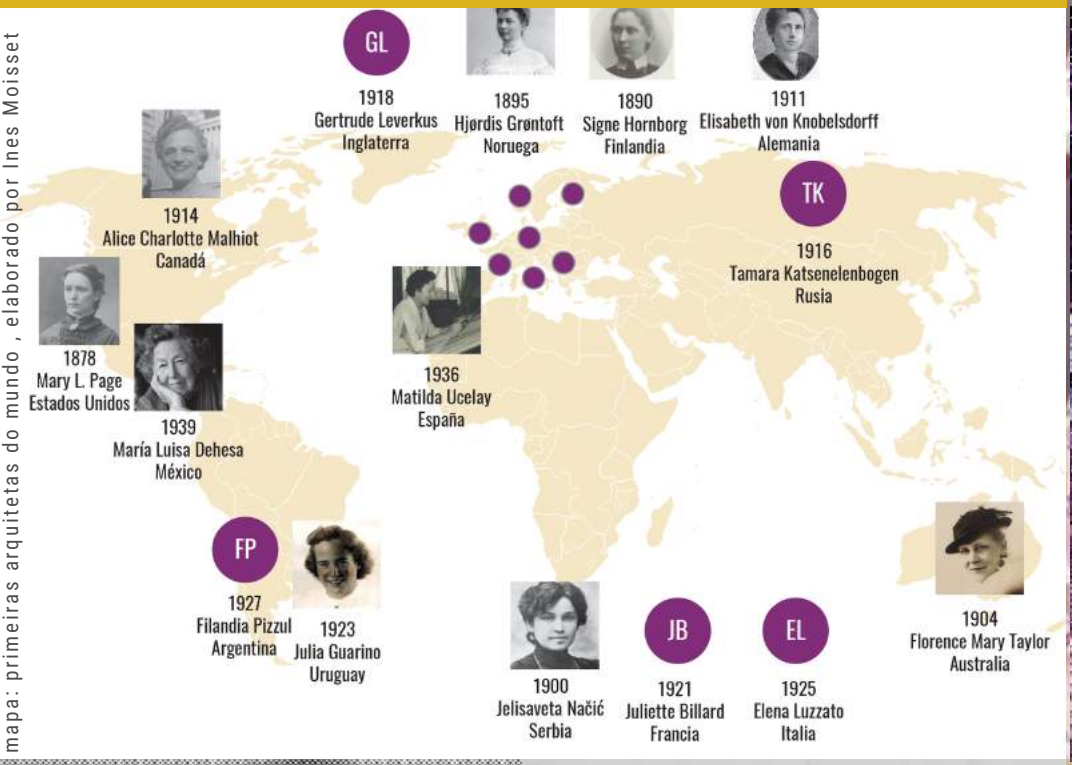
4. Promover ações, dentro das esferas relacionadas à Arquitetura e Urbanismo de combate à violência contra a mulher nas casas e nas cidades;

5. Visibilizar boas práticas nacionais e mundiais na construção e gestão de cidades e assentamentos sustentáveis e inclusivos.

DÉA TORRES PARANHOS entre colegas, incluindo Marcos Porto e Reidy. (link)

equidade na HISTÓRIA da Arquitetura e Urbanismo

DENISE SCOTT BROWN, à frente de Venturi, seu sócio e marido, condecorado individualmente com o Pritzker. (link)

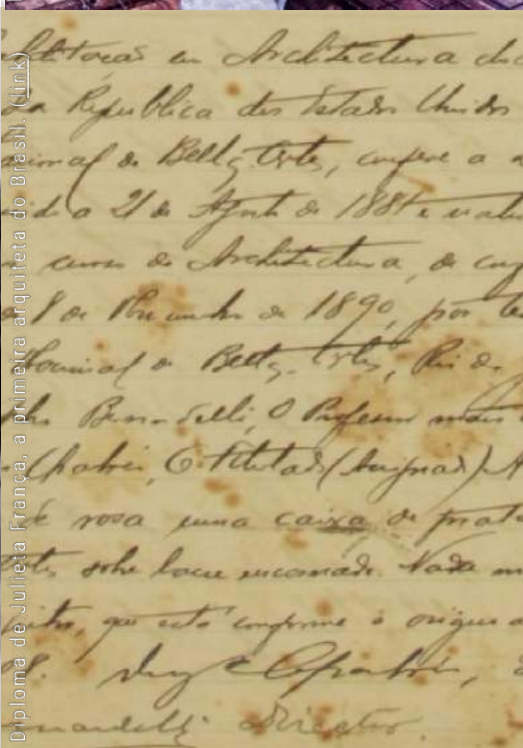


mapa: primeiras arquitetas do mundo , elaborado por Ines Moisset

Lina Bo Bardi na construção do MASP e um de seus cavaletes. (link)

Lúcia Conceição Alves, primeira arquiteta da Bahia. (link)

Carmen Portinho em frente ao Museu de Arte Moderna do RJ. (link)



Diploma de Julieta França, a primeira arquiteta do Brasil. (link)

equidade na HISTÓRIA da Arquitetura e Urbanismo

6. Promover ações que apresentem uma nova, mais justa e mais abrangente percepção sobre a história da Arquitetura e do Urbanismo, incluindo a produção feminina, com a garantia da diversidade étnico-racial.

7. Divulgar exemplos de protagonismo feminino na profissão;

8. Fomentar iniciativas de mapeamento da produção de mulheres arquitetas e urbanistas;

9. Promover ações para visibilizar e valorizar a participação das mulheres como sócias, coautoras e esposas dos arquitetos renomados na história da profissão.

FURB, Blumenau/SC processo de acreditação de cursos pelo CAU.

UFRN, Natal/RN processo de acreditação de cursos pelo CAU.

UFRN, Natal/RN processo de acreditação de cursos pelo CAU.

equidade na FORMAÇÃO em Arquitetura e Urbanismo

UFRN, Natal/RN processo de acreditação de cursos pelo CAU.

UFRN, Natal/RN processo de acreditação de cursos pelo CAU.

UFRN, Natal/RN processo de acreditação de cursos pelo CAU.

10. Divulgar os resultados da pesquisa 'Equidade na Formação' e mensurar, periodicamente, seus indicadores;

11. Transmitir às Instituições de Ensino Superior e órgãos reguladores do ensino a importância de se incorporar a abordagem de gênero e suas interseccionalidades nos planos pedagógicos e na gestão dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, considerando a importância da profissão para a promoção da justiça social, por meio de ações como:

A. A ampliação da bibliografia dos cursos relacionada a programas femininos na Arquitetura e Urbanismo, como casas de parto, clínicas de direito reprodutivo, entre outros;

equidade na
FORMAÇÃO
em Arquitetura e Urbanismo

B. A reflexão sobre a origem dos estereótipos da profissão e como desconstruí-los na formação;

C. A criação de programas de apoio psicológico e fortalecimento da auto estima e empoderamento de alunas de cursos de Arquitetura e Urbanismo, com especial atenção às mulheres negras, periféricas, com deficiência e LGBT+;

D. A ampliação de referências femininas na formação, bem como de outras fontes que complementem os cânones eurocêntricos e heterocisnormativos, que estruturam a formação nos moldes atuais;

E. A reflexão sobre as causas para a diminuição do ingresso de homens nos cursos de Arquitetura e Urbanismo nos últimos anos, buscando mecanismos que estimulem um equilíbrio numérico;

F. A promoção da acessibilidade e da inclusão nos cursos de Arquitetura e Urbanismo.

G. O fomento a lideranças femininas na formação;

H. Considerar a maternidade no tempo de produção científica;

equidade na FORMAÇÃO em Arquitetura e Urbanismo

I. O desestimulo à hierarquia, à competitividade e ao estrelismo na formação; reforçando o caráter coletivo e interdisciplinar da produção no campo da Arquitetura e Urbanismo;

J. Estimular a participação feminina e a diversidade nas diversas instâncias de representação acadêmicas;

K. O combate ao assédio e a todas as formas de discriminação na formação.

Projeto "Arquitetura na Periferia" (link).

Projeto "Mulher em Construção" (link)

Projeto "Casa da Jajja", de Mariana Montag (link).

Grafton Architects, Pritzker 2020 (link)

equidade na PRÁTICA da Arquitetura e Urbanismo

Gabriela de Matos, Tainá de Paula, Paula Santoro e Eleonora Mascia no 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos.

Anna Heringer, arquiteta alemã (link)

12. Promover a reflexão coletiva sobre os estereótipos de gênero e os assédios inerentes à prática profissional;

13. Estudar mecanismos que contribuam para a mitigação dos efeitos da maternidade na progressão profissional das arquitetas e urbanistas;

14. Estudar o enquadramento do assédio e discriminação de gênero no Código de Ética;

15. Criar um canal de denúncia próprio, bem como mecanismos de reintegração dos profissionais sancionados;

16. Desconstruir o estrelismo na profissão, valorizando o seu caráter coletivo e interdisciplinar;

equidade na PRÁTICA da Arquitetura e Urbanismo

17. Sensibilizar a categoria para o reconhecimento da autoria feminina em trabalhos em equipe, em especial em concursos públicos projeto;

18. Sensibilizar os organizadores de premiações e condecorações para a importância do reconhecimento do mérito da produção feminina;

19. Estudar mecanismos de ruptura do 'teto de vidro' na profissão.

Nadia Somekh, presidente do CAU Brasil (link)

Luciana Schenk, presidente da ABAP (link)

Ana Goes, presidente da ABEA (link)

Maria Elia Baptista, presidente do IAB (link)

equidade na POLÍTICA da Arquitetura e Urbanismo

Francieli Schallenberger, presidente FeNEA (link)

20. Estimular o aumento da presença de mulheres nas diretorias das entidades do CEAU, nas secretarias de habitação e planejamento dos Estados e municípios, entre outros;

21. Esclarecer e sensibilizar os profissionais sobre o papel social do arquiteto e urbanista para a promoção da justiça social;

22. Criar junto aos CAU/UF uma plataforma de catálogo e divulgação de boas práticas dos poderes Legislativo e Executivo municipais para a promoção da equidade de gênero;

23. Fortalecer lideranças femininas nos movimentos pelo direito à moradia e à cidade;

24. Articular junto ao poder público ações para o aumento da representatividade feminina e da diversidade nos espaços de formulação de políticas públicas, bem como a garantia da participação popular nesses processos;

25. Articular junto ao poder público ações para a universalização e territorialização da oferta de serviços essenciais, a implementação de planos de mobilidade inclusivos e sustentáveis, bem como a garantia da segurança de posse para as mulheres.

26. Promover ações de fomento a iniciativas que promovam a equidade de gênero na profissão e em seu relacionamento com a sociedade.

Presidente do CAU BRASIL, Nadia Somekh (SP), Primeira Vice-Presidente, Daniela Sarmento (SC) e conselheiras federais Josélia Alves (AC), Daniela Kipper (AC), Gilcinea Barbosa (BA), Cláudia Sales (CE), Giedre Maia (ES), Adriana Mikulaschek (GO), Grete Pflueger (MA), Ana Mª Schmidt (MG), Maria Scardini (MS), Alice Rosas (PA), Ana Cláudia Cardoso (PA), Camila Costa (PB), Danielle Barreto (PE), Maira Mattos (RJ), Sônia Lopes (RJ), Patricia Luz (RN), Ana Cristina Barreiros (RO), Clarice Debiagi (RS), Vania Burigo (SC), Karinne Almeida (SE), Helena Ayoub (SP) e Naia Suarez (IES), e Presidentes Dandara Lima (CAU/AC), Mônica Blanco (CAU/DF), Du Leal (CAU/MG), Patricia Herden (CAU/SC), Shirley Dantas (CAU/SE) e Catherine Otondo (CAU/SP).

equidade no CONSELHO da Arquitetura e Urbanismo

27. Dar continuidade aos ciclos de debates ‘Mulheres na Arquitetura’, para a construção coletiva da cultura da equidade de gênero na profissão;

28. Prever instância regimental que tenha como competência a promoção e a mensuração da Equidade de Gênero e Raça na profissão e em seu relacionamento com a sociedade, buscando a instauração de colegiados semelhantes nos CAU/UF;

equidade no CONSELHO da Arquitetura e Urbanismo

29. Estudar ferramentas para o recadastramento dos profissionais ativos, visando a coleta de dados sobre gênero, raça e deficiência. No censo ou em outro canal de comunicação, de preenchimento opcional, incluir levantamento sobre orientação sexual.

30. Incluir ações para a promoção do ODS 5 no próximo Mapa Estratégico do CAU;

31. Estimular a priorização de mulheres chefes de família e mães solo em editais de ATHIS;

32. Estudar a viabilidade de descontos na anuidade para mulheres com filhos de até 1 ano;

33. Estudar a implementação de uma política de compras e contratações do CAU sensível às questões de gênero;

equidade no

CONSELHO

da Arquitetura e Urbanismo

34. Exigir percentual mínimo de 30% de palestrantes mulheres em todos os eventos organizados e apoiados pelo CAU;

35. Incluir peças de incentivo à participação feminina na divulgação do calendário eleitoral e propor para o próximo regulamento a criação de um 'termômetro de equidade', que esclareça o eleitor sobre o percentual de representatividade feminina das chapas inscritas, ou a instituição de cotas de participação feminina;

36. Implementar os Princípios de Empoderamento Feminino da ONU Mulheres na gestão interna do Conselho, estabelecendo atores responsáveis pelo seu acompanhamento;

37. Promover a equidade organizacional, considerando cargos de chefia, gerências e coordenações.

CAU/BR
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Conselho Diretor (2021)

NADIA SOMEKH (SP)
Presidente

DANIELA PAREJA GARCIA SARMENTO (SC)
1ª Vice-Presidente | Coordenadora da Comissão de Planejamento e Finanças

JEFERSON DANTAS NAVOLAR (PR)
2º Vice-Presidente | Coordenador da Comissão de Organização e Administração

PATRÍCIA SILVA LUZ DE MACEDO (RN)
Coordenadora da Comissão de Exercício Profissional

GUIVALDO D'ALEXANDRIA BAPTISTA (BA)
Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina

VALTER LUIS CALDANA JUNIOR (IES)
Coordenador da Comissão de Ensino e Formação

Apoio Técnico:
Assessoria Especial da Presidência

ANA LATERZA
VIRGÍNIA MANFRINATO

Supervisão:
CRISTIANE BENEDETTO

Edição, Redação e Projeto Gráfico:
ANA LATERZA

COPYRIGHT © 2020 POR CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL